

RETIFICAÇÃO I

A Presidenta do **Conselho Regional de Psicologia da Bahia - 3ª Região - CRP-03**, no uso de suas atribuições, torna pública a retificação do Edital nº 24/2024, nos termos a seguir apresentados:

1. Fica retificado o vencimento básico do cargo de **Psicóloga(o) - Orientador(a) Fiscal**, constante do subitem 1.3 do Edital nº 24/2024, passando a ser de R\$ 5.858,00.
2. Ficam retificados os requisitos do cargo de **Analista Organizacional (todas as áreas)** e do cargo de **Psicóloga(o) - Orientador(a) Fiscal**, constantes do subitem 1.3 do Edital nº 24/2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

Cargo	Requisitos Exigidos
Analista Organizacional / Agente de Controle Interno	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis, Administração, Direito e/ou Engenharia e/ou áreas correlatas, abaixo indicadas (cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação); Registro no respectivo Conselho de Classe nos casos que haja obrigatoriedade em razão da função que será exercida. <u>Áreas correlatas:</u> Economia, Engenharia, Gestão Pública, Processos Gerenciais.
Analista Organizacional / Arquivo	Ensino Superior Completo em Arquivologia e/ou áreas correlatas, abaixo indicadas (cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação); Registro no respectivo Conselho de Classe nos casos que haja obrigatoriedade em razão da função que será exercida. <u>Áreas correlatas:</u> Biblioteconomia, Ciência da Informação.
Analista Organizacional / Analista de Compras e Contratos	Ensino Superior Completo em Administração, Economia, Ciências Contábeis, Direito e/ou áreas correlatas, abaixo indicadas (cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação); Registro no respectivo Conselho de Classe nos casos que haja obrigatoriedade em razão da função que será exercida. <u>Áreas correlatas:</u> Engenharia, Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais, Gestão Pública.
Analista Organizacional / Analista Financeiro	Ensino Superior Completo em Administração, Economia, Ciências Contábeis e/ou áreas correlatas, abaixo indicadas (cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação); Registro no respectivo Conselho de Classe nos casos que haja obrigatoriedade em razão da função que será exercida. <u>Áreas correlatas:</u> Gestão Financeira; Processos gerenciais.
Analista Organizacional / Analista TI	Ensino Superior Completo em cursos relacionados à área de TI, e/ou áreas correlatas, abaixo indicadas (cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação). <u>Áreas correlatas:</u> Engenharia de Software; Engenharia da Computação; Ciência da Computação; Sistemas de Informação; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Gestão em Tecnologia da Informação.
Psicóloga(o) - Orientador(a) Fiscal	Ensino Superior Completo em Psicologia (Bacharelado com formação de Psicólogo(a)) - curso reconhecidos pelo Ministério da Educação; Registro no Conselho de Psicologia.

3. No **Anexo I – Conteúdo Programático** do Edital nº 24/2024:

- a) O conteúdo programático de **Legislação do CRP-03 e CFP**, para **todos os cargos**, passa a vigorar com a seguinte redação:

“LEGISLAÇÃO DO CRP-03 E CFP

Lei Federal nº 4.119, de 27 de agosto de 1962: Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo(a). Lei Federal nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971: Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Resolução CFP nº 009/2016 - Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região. Resolução CFP nº 017/2000 - Regimento Interno do Conselho Federal de Psicologia - CFP. Resolução CFP nº 010/2005 – Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o). Resolução CFP nº 20/2018 - Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis do Sistema Conselhos de Psicologia. Resolução CRP-03 nº 06/2024 - Regulamento de Pessoal do CRP-03.”

- b) Fica acrescido ao conteúdo programático de **Língua Portuguesa** para os **cargos dos Quadros I e II do item 5.1.1 do Edital nº 24/2024**, o seguinte tópico: “Acentuação e ortografia.”
- c) O conteúdo programático de **Conhecimentos Específicos** para o cargo de **Psicóloga(o) - Orientador(a) Fiscal** passa a vigorar com a seguinte redação:

“PSICÓLOGA(O) - ORIENTADOR(A) FISCAL

1 Leis: 1.1 Lei nº 4.119/1962 (dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicóloga(o)). 1.2 Lei nº 5.766/1971 (cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências). 1.3 Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA). 1.4 Lei nº 10.741/2003 (dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências). 1.5 Lei nº 10.216/2001 (dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental). 1.6 Lei nº 6.839/1980 (dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões). 1.7 Lei nº 8.080/1990 (Sistema Único de Saúde -SUS). 1.8 Lei nº 13.140/2015 (dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública). 1.9 Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social –LOAS). 1.10 Lei nº 11.340/2006 (cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher - Lei Maria da Penha). 1.11 Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência -Estatuto da Pessoa com Deficiência). 1.12 Lei nº 12.435/2011 (dispõe sobre a organização da Assistência Social). 1.13 Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio). 2 Decretos: 2.1 Decreto nº 53.464/1964 (regulamenta a Lei nº 4.119/1962, que dispõe sobre a Profissão de Psicóloga(o)). 2.2 Decreto nº 79.822/1977 (regulamenta a Lei nº 5.766/1971, que criou o Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências). 3 Resoluções CFP: 3.1 Resolução CFP nº 10/2005 (aprova o Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o)). 3.2 Resolução CFP nº 010/2017 (institui a Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia). 3.3 Resolução CFP nº 011/2019 (institui o Código de Processamento Disciplinar). 3.4 Resolução CFP nº 006/2019 (institui as regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela psicóloga e pela(o) Psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 007/2003 e Resolução CFP nº 015/1996). 3.5 Resolução CFP nº 003/2007 (consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia). 3.6 Resolução CFP 023/2022 (Institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas; reconhece as especialidades da Psicologia e revoga as Resoluções CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007; nº 3, de 5 de fevereiro de 2016; nº 18, de 5 de setembro de 2019). 3.7 Resolução CFP nº 002/2016 (regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada e revoga a Resolução CFP nº 001/2002). 3.8 Resolução CFP nº 008/2010 (dispõe sobre a atuação da(o) Psicóloga(o) como perito e assistente técnico no Poder Judiciário). 3.9 Resolução CFP nº 017/2012 (dispõe sobre a atuação da(o) Psicóloga(o) como perita(o) nos diversos contextos). 3.10 Resolução CFP nº 01/2009 (dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos). 3.11 Resolução CFP nº 031/2022 (estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e da(o) Psicóloga(o), regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos -SATEPSI e revoga a Resolução CFP nº 09/2018). 3.12 Resolução CFP nº 018/2002 (estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial). 3.13 Resolução CFP nº 01/1999 (normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual). 3.14 Resolução CFP nº 01/2018 (estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis). 3.15 Resolução CFP nº 008/2022: (estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais). 3.16 Resolução CFP nº 007/2023 (estabelece normas para o exercício profissional em relação ao caráter laico da prática psicológica). 3.17 Resolução CFP nº 013/2022 (dispõe sobre diretrizes e deveres para o exercício da psicoterapia por psicóloga e por psicólogo). 3.18 Resolução CFP Nº 05/2010 - Altera a resolução CFP nº 001/2009. 3.19 Resolução CFP nº 014/2023 (regulamenta o exercício profissional da psicóloga e da(o) Psicóloga(o) na realização de avaliação de riscos psicossociais relacionados ao trabalho, no âmbito das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência, dos demais marcos legais de órgãos governamentais e de projetos e ações no âmbito de saúde e segurança, nos diferentes contextos de trabalho). 3.20 Resolução CFP nº 013/2019 (regulamenta e define procedimentos a serem adotados pelo Sistema Conselhos de Psicologia (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia) quanto aos pedidos de cadastramento e registro de pessoa jurídica de Serviços de Atenção em Regime Residencial de caráter transitório e/ou clínicas e outras instituições de atendimento às pessoas em situação de uso de substâncias psicoativas -álcool e outras drogas e que realizam serviços de acolhimento, internação e similares). 3.21 Resolução CFP nº 016/2019 (dispõe sobre o registro e cadastro de Pessoas Jurídicas) e Resoluções CFP nº 008/2023 e CFP nº 005/2020. 3.22 Resolução CFP nº 017/2022 (dispõe acerca de parâmetros para práticas psicológicas em contextos de atenção básica, secundária e terciária de saúde). 3.23 Resolução CFP nº 001/2019 (institui normas e procedimentos para a perícia psicológica no contexto do trânsito e revoga as Resoluções CFP nº 007/2009 e 009/2011). 3.24 Resolução CFP nº

001/2022 (regulamenta a Avaliação Psicológica para concessão de registro e porte e arma de fogo e revoga a Resolução CFP nº 18, de 09 de dezembro de 2008, a Resolução CFP nº 02, de 30 de março de 2009 e a Resolução CFP nº 10, de 21 de outubro de 2009). 3.25 Resolução CFP Nº 09/2024 - Regulamenta o exercício profissional da Psicologia mediado por Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) em território nacional. 3.26 Resolução CFP Nº 16/2024 - Estabelece normas de atuação para a categoria profissional em relação às pessoas intersexo. 3.27 Resolução CFP Nº 08/2020 - Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero. 3.28 Resolução CFP Nº 15/2023- Estabelece diretrizes para o funcionamento do Sistema de Avaliação de Práticas Psicológicas Aluizio Lopes de Brito (SAPP) e revoga a Resolução CFP nº 18/2022 e a nº 03/2023. 4 Outros: 4.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU). 4.2 Resolução CNS nº 218/1997 (reconhece como profissional de saúde de nível superior a categoria de Psicólogo/a). 4.4 Portaria MS nº 1271/2014 (define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional).”

O Edital nº 24/2024 será consolidado de modo a contemplar as alterações decorrentes deste Termo de Retificação.

Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, permanecendo inalterados os demais itens do Edital.

Salvador/BA, 19 de dezembro de 2024.

**Gloria Maria Machado Pimentel
PRESIDENTA DO CRP-03**